

ENTREVISTA COM CARLOS ALBERTO FARACO

André Nemi Conforte



Carlos Alberto Faraco é Professor Titular (aposentado) de Língua Portuguesa da Universidade Federal do Paraná. Uma de suas áreas de especialidade é a linguística histórica. Publicou um livro de introdução à área (Linguística Histórica: uma introdução ao estudo da história das línguas).

Dentro da área, seu interesse maior é a história da língua portuguesa, com ênfase na história sociopolítica da língua. Publicou o livro História sociopolítica da língua portuguesa e História do Português. Entre 2014 e 2018, foi membro e coordenador da Comissão Nacional do Brasil junto ao IILP- Instituto Internacional da Língua Portuguesa, vinculado à CPLP-Comunidade dos Países de Língua Portuguesa.

É consultor do Projeto do Dicionário do Português de Moçambique.

P.: Professor Faraco, confesso que a ideia para esta entrevista vem de muitos anos atrás, quando você encerrou o I Congresso de Linguística Histórica, o *Rosae*, em 2009, com uma polêmica conferência em que se mostrava absolutamente crítico e cético em relação à ideia de Lusofonia e tudo quanto se relaciona com ela, como a própria CPLP. Essa conferência, no entanto, não nasceu de uma formulação teórica, mas principalmente de sua experiência como junto à COLIP (Comissão da Língua Portuguesa), ligada ao MEC, ao Instituto Internacional da Língua Portuguesa (IILP) e à própria CPLP. Gostaria de lhe pedir um relato dessa experiência.

R.: A COLIP foi uma comissão criada pelo Ministério da Educação [do governo Lula], com 15 tarefas específicas. Eram muitas tarefas e as metas não eram muito claras. O coordenador da COLIP era o Prof. Godofredo de Oliveira Neto, da UFRJ, que estava trabalhando na Secretaria de Educação Superior do MEC no tempo em que o prof. Nelson Maculan era o Secretário da SESU. O Ministro da Educação de então, Fernando Haddad, manifestou o interesse de ter uma comissão consultiva de Língua

Portuguesa, encaminhou esse interesse à SESU, e a SESU criou a comissão. O Brasil, naquela época (por volta de 2006), não tinha uma representação formal junto ao Instituto Internacional da Língua Portuguesa, que, estava, na prática, inativo, mas, ainda assim, havia algumas reuniões; em 2006, a professora Amélia Mingas, de Angola, foi nomeada diretora-executiva do Instituto, e começou a organizar reuniões do Conselho Científico. Como o professor Godofredo era o coordenador da COLIP, acabou cabendo a ele representar o Brasil nessas reuniões em Cabo Verde. Por outro lado, havia o problema do Acordo Ortográfico, que estava nas mãos do Ministro da Educação – é importante lembrar esse episódio, porque ele estava muito vinculado à COLIP, e alguns de seus membros chegaram a ser designados para acompanhar o debate dessas questões junto à Assembleia Nacional Portuguesa. É uma história um pouco longa, mas que é necessário contar: por que o Acordo Ortográfico foi ressuscitado naquele período? Porque o Assessor de Assuntos Internacionais da Presidência da República de então [Marco Aurélio Garcia] estava envolvido no projeto, do Governo Lula, de conquistar um assento permanente para o Brasil no Conselho de Segurança da ONU. Seu raciocínio ia ao sentido de que, tendo sido o

Acordo assinado por oito países de Língua Portuguesa, isso resultaria em sete votos a favor do Brasil em seu pleito. No entanto, mal sabia ele que o Acordo não era exatamente esse consenso que ele imaginava, que havia vários problemas etc. Daí, o Ministro Haddad pediu à COLIP que esboçasse um caminho para a introdução do Acordo no Brasil. Então nos envolvemos também nessa missão, dando sugestões, fazendo muitas reuniões, discutindo a viabilidade ou não do Acordo. O professor Godofredo, juntamente com o prof. Gilvan [Müller de Oliveira], da Universidade Federal de Santa Catarina, também membro da COLIP, acompanhou o debate no Parlamento Português em 2008, a respeito dos termos aditivos do acordo, de modo que se foi criando uma rede de relações, a partir do Acordo, com o IILP e com os portugueses. Chegamos a fazer uma proposta de reativação do IILP, mas nada disso foi à frente. Na última reunião em que o Godofredo deveria representar o Brasil, ele me solicitou que eu o fizesse. Aceitei a missão, pois tinha muita curiosidade de ver como estavam as negociações. No ano seguinte, em 2010, ocorreu o primeiro Congresso sobre o Futuro da Língua Portuguesa no Sistema Mundial, promovido pela CPLP. Neste congresso, realizado em Brasília, houve o compromisso

dos países de reativar de fato o IILP. Angola tinha indicado o diretor executivo em 2006 e, como a rotação dos cargos na CPLP se dá por ordem alfabética, o país seguinte seria o Brasil, e o Prof. Gilvan foi indicado pelo Brasil para assumir a direção executiva do IILP. Como eu tinha muita proximidade com ele, comecei a me envolver bastante com as questões do IILP. Posteriormente, a COLIP foi desfeita e, em 2014, o governo brasileiro resolveu criar a comissão nacional brasileira junto ao IILP. Fui convidado para ser coordenador dessa comissão, e fiquei nessa condição até 2018; tinha mandato até 2020, mas, com o resultado da eleição de 2018, desliguei-me pelo fato de que não queria ter nenhuma ligação com o governo que se estabelecería no país naquele momento.

P.: Você sempre teve uma posição bastante crítica em relação às questões ligadas à Lusofonia e à própria CPLP. Em que momento surgiu essa visão crítica da sua parte, e por quê? É uma visão ligada à sua experiência ou prévia a ela?

R.: As duas coisas. Naquelas discussões que tivemos sobre o Acordo Ortográfico, aqui no Brasil, mas também em Portugal, fui percebendo que a CPLP era, na verdade, uma entidade pouco operacional. Depois, me envolvi

mais diretamente na preparação dos congressos em Brasília e em Lisboa, onde também estive, em 2013, de modo que fui conhecendo mais de perto o funcionamento da CPLP. Aí a gente vê que se trata de uma instituição extremamente burocratizada, em primeiro lugar, pois qualquer decisão tem que ser tomada por consenso, as negociações são longuíssimas e há muitos embaraços, de modo que a CPLP acaba não cumprindo um grande papel. Há muitos analistas que são otimistas, acreditam que ela é uma alternativa aos monopólios imperialistas, mas isso tudo é uma ilusão, porque na realidade ela não funciona, por ser burocrática, por não ter um patamar mínimo que sustente a cooperação, por haver muitos entraves que não são explicitados, mas que não deixam a entidade funcionar... some-se a isso o fato de que os ressentimentos do colonialismo português ainda estão muito presentes em muitos contextos, embora também implícitos. Gosto de citar o exemplo da sucessão na Secretaria-Executiva do órgão no tempo em que eu estava mais envolvido; o Secretário-Executivo era de Moçambique, e, como a sucessão era por ordem alfabética, o membro seguinte teria de ser português, mas os representantes angolanos se opuseram firmemente, defendendo a precedência de São Tomé e Príncipe, apesar de isso se opor claramente

ao estatuto. É um pequeno exemplo de como as coisas funcionam por lá. A cooperação econômica é mínima, as ações políticas são em geral insignificantes, e ela não faz quase nada pela Língua Portuguesa, embora seu terceiro principal objetivo seja justamente a promoção da língua. Desde esta experiência inicial, percebi que a CPLP era inviável, mas, ainda antes disso, um professor amigo meu já tinha me dito: “isso é o colonialismo português com nova roupagem”. Aí comecei a acompanhar essa discussão sobre o chamado “novo colonialismo”, vendo a ação política das antigas metrópoles, como a França, a Inglaterra, a Espanha... e comecei a fazer comparações com o caso português...

P.: As chamadas “fonias”, como você mesmo diz no seu artigo, não é mesmo? Parece que elas são muito bem-sucedidas em alguns casos, e talvez no nosso caso haja uma certa incapacidade, talvez até pelo fato de que Portugal não tenha essa proeminência, por exemplo, que teriam esses países...

R.: Sim. Veja, no caso da França, que é uma potência econômica e política; Portugal não é nem uma coisa nem outra, e isso faz uma diferença muito grande. A França competiu e, de certa forma, ainda tenta competir, nesse

aspecto, com a Inglaterra e com os EUA, tentando manter um espaço de domínio no jogo internacional, e o faz com muita competência, visto que a organização da francofonia é muito atuante e articulada. E, no caso de Portugal, há o fato “terrível” de que o Brasil tem mais de 200 milhões de habitantes e uma presença internacional muito maior, o que representa um embaraço muito grande para que a CPLP possa funcionar. É algo que não aparece em nenhum momento, mas que está lá, atuando.

P.: Por outro lado, o Instituto Camões parece funcionar muito bem, meio que monopolizando o ensino de Língua Portuguesa mundo afora, ao passo que, no Brasil, embora haja um projeto de criação do Instituto Machado de Assis, trata-se de um projeto que só ficou no papel, não é verdade?

R.: É verdade. Na época em que eu estava na COLIP, uma das tarefas que o Ministro Haddad nos deu, inclusive, foi a de propor as bases para a criação desse instituto, mas houve uma reação imediata do Itamaraty, que bloqueou toda a discussão, e a criação deste instituto acabou perdendo todo o sentido. Hoje em dia, no âmbito do Itamaraty, fala-se na criação do Instituto Guimarães Rosa, que seria um título que eles dariam ao

conjunto de centros culturais do Brasil na América do Sul, na Europa, na Ásia e na África, e que são entidades culturais de ensino de português e de divulgação da cultura brasileira que constituem, hoje, a chamada Rede Brasil Cultural. De qualquer forma, seria um nome de fantasia para uma rede que já existe. E você tem razão, o Instituto Camões é muito bem organizado, muito bem provido financeiramente e muito aguerrido, tendo representações, inclusive, na nossa vizinhança, em Buenos Aires, em Montevideú, ou seja, numa área que seria supostamente de nossa atuação. O Instituto Camões trabalha como se o Português brasileiro simplesmente não existisse, e essa é uma questão política bastante complicada.

P.: Acredito que o principal defensor dessa ideia de que a Lusofonia é um projeto neocolonialista é o professor Alfredo Margarido, citado, inclusive, em seu livro (*História Sociopolítica do Português*); mas não haveria uma forte motivação ideológica por trás dessa defesa? Qual a sua opinião?

R.: Eu acho que o Alfredo Margarido fez uma defesa muito pertinente. Veja que o livro dele é de 2000, ou seja, quatro anos depois da criação da CPLP. É uma análise forte mas consistente, que defende a ideia de que se tratava

do império com uma nova roupagem. Outros intelectuais portugueses defenderam a mesma ideia. Não é que todo o mundo em Portugal seja neocolonialista, mas existem tendências políticas no sentido de manter Portugal no espaço político internacional. Veja, um país pequeno, à margem da Europa, uma economia pequena, mas que tem uma ação diplomática importante na União Europeia. E, como parte dessa ação diplomática, uma carta boa para pôr na mesa é o fato de que ele tem relações muito próximas com os países africanos de Língua Portuguesa. E eles fazem questão de mostrar que o mundo português é dividido em dois: O Brasil, de um lado, e Portugal e os países africanos de outro, como se – aquela declaração que muitos países africanos fazem – a língua padrão deles fosse o padrão de Lisboa, o que é uma piada, mas eles declaram isso – e Portugal leva essa declaração muito a sério – e considera que esses países fazem parte de sua área de atuação internacional. Eu diria que pode não ser um neocolonialismo no sentido de querer subordinar os interesses desses países aos de Portugal, mas no sentido de que os interesses de Portugal tenham um suporte na sua articulação com esses países.

P.: Fazendo um exercício de “psicanálise” coletiva, seria uma espécie de neo-sebastianismo, como você tentou

demonstrar em seu livro (*História sociopolítica...*), fazendo uma genealogia por meio de figuras como Padre Antonio Vieira, Agostinho da Silva, Fernando Pessoa...

R.: Talvez seja este um dos ingredientes dessa coisa toda. A investigar. Nessas atuações minhas no IILP e na CPLP, eu fiquei muito amigo do professor Ivo Castro, um grande crítico da Lusofonia, da CPLP, do IILP, sempre com bons argumentos. É uma figura proeminentíssima da Linguística Portuguesa, e ele representava Portugal na Comissão Organizadora do I Congresso que ocorreu em Brasília. A base de nossa conversa foi a conferência de encerramento que eu fiz no I Rosae, porque os portugueses lá presentes ficaram muito irritados com a minha fala e ele, em certo momento, rebateu alguns de meus argumentos na conferência de encerramento do ROSAE...

P.: Houve um desdobramento disso no artigo que você escreveu posteriormente, numa nota de rodapé, correto?

R.: Isso. E, numa conferência que ele fez na Associação Portuguesa de Linguística, ele de certa forma respondeu a alguma das questões que eu tinha posto na conferência, e então, quando eu fui publicar, pedi que colocassem a nota de rodapé como uma forma de tréplica à réplica dele. E aí, quando nos conhecemos, ele disse, “Ah,

“você é o Faraco daquela conferência? Eu respondi à sua conferência”, ao que eu respondi, “E eu também respondi à sua conferência”. Aí ele fez um gracejo, “E eu preciso ler a sua tréplica?” Eu apenas disse “Não, era apenas para deixar as coisas no lugar”. E, a partir daí ficamos muito amigos e tivemos várias discussões sobre essas questões. Uma das coisas que ele dizia era que não havia essa perspectiva do neocolonialismo, e que essa história da Lusofonia e da CPLP, na verdade, era uma invenção brasileira, criada pelo embaixador José Aparecido de Oliveira, então aquela formulação me soou como um desafio. Mas ao mesmo tempo eu pensava: no Brasil ninguém fala da CPLP, você não vê a imprensa falando do assunto, ao passo que em Portugal a imprensa fala nisso quase todos os dias. Até que um dia eu deparei com uma conferência da Inocência Mata, de São Tomé, em que ela dizia que *Lusofonia* é um termo eminentemente português, não diz nada aos brasileiros, e é extremamente complicado para os PALOP (Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa). Combinando essas duas coisas, fui investigar e acabei chegando ao Padre Antonio Vieira por meio do Agostinho da Silva, ao qual cheguei por meio do José Aparecido, e também cheguei ao Fernando Pessoa, ao Silvio Romero... Então,

tentei fazer uma história ideológica dessa ideia que teve diferentes facetas, desde o século XVI, e que, no século XX, teve esses desdobramentos, essas tentativas de aproximação, primeiro de Portugal com o Brasil, ainda durante a ditadura salazarista, com Salazar tentando manter Portugal como um império colonial, uma coisa totalmente anacrônica, mas ele sempre buscou apoio brasileiro para isso.

P.: Durante o tempo em que fiz meu pós-doutoramento em Portugal, em 2019, eu lia diariamente os principais veículos da imprensa portuguesa, em especial o *Público*, e quase que diariamente, de fato, havia artigos fortemente contrários ao chamado AO1990, o Acordo Ortográfico. A muitos articulistas, aliás, é até hoje facultado escrever “desrespeitando” as regras do Acordo. Na verdade, na percepção de muitos deles, como o falecido Vasco Graça Moura, para citar um exemplo, seria o Brasil, pelo contrário, que tentaria tomar as rédeas da Lusofonia por meio desses mecanismos. O que você acha disso?

R.: Eu acho que se trata de um equívoco, mas é difícil de se discutir essa questão, porque ela envolve muito o aspecto emocional, da nacionalidade, da identidade, é uma questão de nervos à flor da pele; mas, pensando à distância, houve

concessões de parte a parte. O Brasil também abriu mão de características de sua ortografia que ele praticava desde 1943. O João Costa, que hoje é Secretário Nacional de Educação de Portugal, um grande linguista que conheci durante minhas andanças pela CPLP, me disse: “sim, vocês também fizeram concessões, mas as nossas concessões são muito mais visíveis, por isso incomodam tanto”. Ele achava que essa era uma das razões para tanta oposição. Outro aspecto é que o Brasil, politicamente, sempre – sempre – abriu mão de uma liderança que ele poderia ter no espaço da Língua Portuguesa. É uma tradição da política externa brasileira. É interessante que a língua tenha uma ortografia unificada, mas o procedimento para se chegar a isso foi o melhor? Não sei. Conversando com o João Costa, chegamos à conclusão de que se Brasil e Portugal tivessem simplesmente dito, no Acordo, “nós reconhecemos mutuamente as ortografias existentes”, talvez isso tivesse resolvido a questão.

P.: Você não acha que um aspecto para o qual nós, estudiosos das questões linguísticas, não damos muita atenção, é o econômico, que talvez seja o aspecto mais importante desses acordos, e que talvez seja a única explicação para o fato de um país como a Guiné

Equatorial, onde o Português nem sequer é falado, ter entrado na CPLP?

R.: Em todas as reuniões de que participei em que havia representantes da Guiné Equatorial, eles falavam espanhol. A desmoralização final da CPLP foi a incorporação da Guiné Equatorial, um país em que não há língua portuguesa, aí o que faz o governo de lá? Inclui na sua Constituição um artigo dizendo que o português é uma de suas línguas oficiais. Que piada é essa? Esse foi o momento da desmoralização total de um organismo que se diz baseado na cooperação, que tem vários posicionamentos a favor das políticas de direitos humanos, da democracia, da liberdade, da promoção da língua portuguesa, aí incorpora um país que não tem democracia e que não fala a língua portuguesa. Mas, quanto à questão econômica, parece que havia um interesse de que a Petrobrás pretendia explorar o petróleo por lá, mas a Guiné acabou entregando seus poços de Petróleo à Exxon. Há pouco li um artigo, inclusive, que dizia que os jovens guineenses tinham muito mais interesse em aprender inglês, justamente para poder trabalhar nas multinacionais de língua inglesa que exploravam o petróleo no país.

P.: Você acabou de escrever uma importante obra sobre o português enquanto norma de referência. Como você entende o conceito de língua pluricêntrica acoplada à ideia de Lusofonia?

R.: É um conceito bastante complexo, porque a pergunta é se o português é uma língua pluricêntrica ou apenas bicêntrica, porque nos demais países além de Brasil e Portugal, o português não é uma língua primeira.

P.: Nem mesmo Angola você consideraria como um centro irradiador de uma norma de referência?

R.: É uma questão complicada, teríamos de confiar nas estatísticas angolanas. Fiz a abertura num Congresso de Português como Língua Estrangeira, e tentei ser simpático ao conceito, e a gente poderia até dizer que o Português é uma língua pluricêntrica, porque, se aceitarmos a formulação do criador do conceito de pluricentrismo linguístico, Michael Clyne, o português tem pelo menos duas grandes normas de referência, com grande produção literária, cinematográfica, musical, e Angola e Moçambique estariam em processo de emergência, constituindo outras normas, mas ainda não constituem uma norma própria, embora haja uma literatura expressiva tanto num país como no outro.

P.: Há uma produção considerável em algumas universidades, como, por exemplo, a Eduardo Mondlane, de Moçambique, não?

R.: Com certeza. Mas o eixo de minha argumentação era justamente que o português poderia ser considerado uma língua pluricêntrica com normas em emergência. Alguns dizem, inclusive, que em São Tomé só se fala português hoje em dia, mas eu desconfio um pouco dessas afirmações (sou como São Tomé, rs). O que eu defendia é que devíamos trabalhar em favor do respeito mútuo pelas diferentes manifestações do português, justamente num momento em que a própria imprensa portuguesa noticiou vários casos de discriminação de estudantes brasileiros em universidades portuguesas. No entanto, pode-se levar essa questão para outro lado, para o argumento de que, na verdade, não se trata de uma língua, mas sim de diferentes línguas, de uma família de línguas. Há possíveis aproveitamentos positivos e negativos dessa formulação teórica. Mas hoje em dia se trabalha em cima da aceitação e do respeito pela variedade culta brasileira do português.

P.: Farei uma provocação agora: você não acha que parte dos sociolinguistas brasileiros parece ter uma

certa má vontade com o conceito de Lusofonia, talvez motivada por questões políticas, por uma certa (de) negação que, levada às últimas consequências, pode levar ao não aproveitamento de uma possibilidade de intercompreensão que poderia, talvez, consistir num ativo econômico e cultural considerável?

R.: Sem dúvida. Mas veja, um dos grandes problemas é que, como a sociolinguística trabalha com a diversidade, esse fator é visto com muito mais simpatia do que a ideia de unidade linguística. A unidade é sempre vista muito mais como um artifício, uma realidade antes imaginária que empírica. Os filólogos até a geração de Celso Cunha, Antonio Houaiss, Evanildo Bechara, sempre defenderam a ideia da unidade na diversidade; e, hoje em dia, parece que o que nós defendemos, tanto aqui quanto em Portugal, é a diversidade da diversidade: a preocupação em apontar as diferenças é muito grande, de lado a lado, e na África também se vê muito isso; muitos linguistas angolanos e moçambicanos defendem o mesmo. Tenho acompanhado muitos desses estudos, pelas relações de amizade com a Perpétua Gonçalves e com a Inês Machungo, que são duas grandes lideranças nos estudos do português moçambicano. Então, há muita ênfase hoje nas diferenças,

e pouca ênfase na unidade. E quem defende o discurso da unidade? Eu acho é um discurso eufórico, acrítico, sem a dimensão sobre o que é falar português, sobre o que é um país lusófono. Acho que temos de chegar a um meio termo, mas isso não é fácil, porque mexe com valores que não são muito fáceis de administrar. Mas você encontra uma literatura muito rica, um acervo literário incrível, a música e outras expressões culturais fortes, inclusive na internet. Também se deve valorizar o que é fator de união, de unidade.

P.: Em minha investigação de pós-doutoramento, a principal tese que me norteou não foi da área de linguística, mas sim de sociologia. Tratava-se de um estudo de Carmem Maciel, que falava tanto de uma lusofonia *up-down*, de cima para baixo, institucional, que teria todos os problemas que você apontou, quanto de uma lusofonia *bottom-up*, de baixo para cima, que é a que realmente funcionaria, ligada aos agentes culturais, aos processos migratórios etc. E, nesse âmbito, parece não haver problema algum, porque os agentes percebem a língua como um fator de aproximação e se aproveitam muito bem disso. Há inúmeras interações, por exemplo, entre cantores e compositores brasileiros e portugueses,

o que tem raízes históricas profundas, é claro, mas é um processo que se acentua muito desde a década de 60 e permanece até hoje. Você acha, portanto, que essa lusofonia dita *bottom-up* tem mais chance de funcionar do que a lusofonia institucionalizada?

R.: Eu acho que a que vem de cima não funciona, por tudo que já discutimos. A CPLP não funciona como uma entidade aglutinadora, embora publique inúmeros discursos e documentos sobre a unidade da língua. Ela não é articuladora, e o IILP, que também poderia ser articulador, também não consegue se estabelecer, por várias razões: primeiro, por estar em Cabo Verde, o que é muito bonito, muito romântico, estar no meio das ilhas que constituem um ponto de entrecruzamento entre todos os caminhos da língua portuguesa, mas que na verdade está distante de todos os centros produtores de conhecimento sobre a Língua Portuguesa, é difícil de se chegar, não há linhas diretas de todos os países para lá... eles são ótimos, são pessoas fantásticas, mas há ainda um segundo problema: os países não pagam as contas, então não há orçamento, não se consegue levar adiante projetos mínimos, embora alguma coisa tenha sido feita a partir da gestão do Gilvan, mas há muitos atritos, que se tornam mais importantes, e

a língua fica em segundo lugar. Então, essa lusofonia que vem de cima, esqueça, não tem futuro. Já a cooperação feita pelos agentes culturais, eu acho que é mais produtiva; por exemplo, a cooperação interuniversidades pode ser muito produtiva, aproximando não só as áreas de língua e literatura, mas as mais diversas áreas, com a realização de encontros internacionais em que a língua portuguesa é o fator comum, o que é um ganho numa área em que domina o inglês. Mas essa aproximação vai ser sempre espontânea, porque não há uma instituição qualquer que seja articuladora disso tudo.

P.: O que pode acontecer é que certas manifestações espontâneas, e isso ocorre historicamente em muitas áreas, acabam sendo tão bem-sucedidas que só posteriormente acabam por ser encampadas e administradas pelos governos (as escolas de samba e os blocos de rua podem ser bons exemplos); Seria possível que isso ocorresse no caso da Lusofonia, embora o paralelo não seja dos melhores?

R.: Para projetos menores, é possível que isso ocorra, mas não sei se para projetos de maior monta isso seria possível, porque não há orçamento para projetos mais ambiciosos. Não temos finanças para tanto.

P.: Atando as duas pontas, termino nossa entrevista fazendo uma pergunta que remete a outra fala de sua conferência de encerramento do Congresso ROSAE, em que você citou uma fala muito significativa do escritor moçambicano Mia Couto: “os lusófonos são pensados e falados do seguinte modo: Portugal, Brasil e os PALOPS; surgimos como um triângulo com vértices um no Brasil, um em Portugal e o terceiro em África. Ora, os países africanos não são um bloco homogêneo que se possa trabalhar de modo tão redutor e simplificado. Não se pode conceber como uma única entidade cinco países africanos que mantêm entre si diferenças culturais sensíveis. As nações lusófonas não são um triângulo, mas uma constelação em que cada um tem sua própria individualidade”. Nesse momento, a CPLP está sendo presidida por um cabo-verdiano. Mesmo com essa rotatividade nas lideranças, o que parece bastante democrático, você não acredita que pode haver progressos?

R.: Acho que não. Do ponto de vista político, nada avançou em 25 anos. Outros mecanismos e caminhos deveriam ser descobertos. Um dos caminhos é esse: reconhecer que não existe um “português africano”; vejo alguns brasileiros falando em português brasileiro, português europeu e

português africano. Há diferentes variedades do português em cada um daqueles países, e em situação muito diversa, também, no campo educacional, social, cultural etc. Então, se a gente conseguisse pelo menos um conhecimento mais amplo de cada uma dessas realidades, já seria um grande avanço, e isso seria algo que a CPLP poderia fazer. A CPLP vive falando que vai ter um canal de televisão próprio para difundir a diversidade cultural e linguística, mas nada disso vai para a frente, também porque a CPLP é parca de recursos financeiros. Muitos dos países-membros têm uns dos piores IDHs do mundo, mal têm recursos para suas ações internas, que dirá para as ações cooperadas.

P.: Para terminar mesmo, uma última provocação: se lhe fosse oferecida a presidência da CPLP, que medidas você tomaria? Ou você recusaria o convite?

R.: Eu recusaria de imediato. Ela não funciona, não tem salvação. Na minha concepção, é natimorta.

André Conforte

Doutor em Língua portuguesa pela UERJ, com pós-doutorado em Língua Portuguesa pela Universidade do Porto (Portugal).

Professor da Universidade do Estado do Rio de Janeiro – *campus* São Gonçalo.

Líder do grupo de Iniciação Científica Por uma nova análise estilística: subsídios para a sala de aula, na UERJ; vice-líder do grupo de pesquisa GMIL (UFRRJ/UERJ/CNPq); membro do SELEPROT (UERJ).

E-mail: andreconforte@gmail.com

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6385720491591190>

ORCID iD: <https://orcid.org/0000-0002-8862-586X>